



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 2.442, DE 2007

(Da Sra. Maria do Rosário e outros)

Inscribe o nome do Marinheiro João Cândido, o Almirante Negro, no Livro dos Heróis da Pátria.

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

EDUCAÇÃO E CULTURA E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Será inscrito no "Livro dos Heróis da Pátria", que se encontra no Panteão da Liberdade e da Democracia, o nome Marinheiro João Cândido, o *Almirante Negro*.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

João Cândido Felisberto nasceu em Encruzilhada do Sul, Rio Grande do Sul, em 1880 e veio e morreu no Rio de Janeiro, a 6 de Dezembro de 1969. Foi um militar brasileiro, negro, líder da Revolta da Chibata (1910).

Nascido na então Província do Rio Grande do Sul, filho dos ex-escravos João Cândido Felisberto e Inácia Felisberto, apresentou-se na Escola de Aprendizes Marinheiros do Rio Grande do Sul, com uma recomendação de "atenção especial" escrita do Delegado da Capitania dos Portos em Porto Alegre. Esse cuidado devia-se à iniciativa de um velho amigo e protetor de Rio Pardo, o almirante Alexandrino de Alencar, que o encaminhara aquele delegado.

Desse modo, numa época em que a maioria dos aprendizes era recrutada pela polícia, João Cândido alistou-se com o número 40 na Marinha do Brasil em 1894, aos 13 anos de idade, fazendo a sua primeira viagem como Aprendiz de Marinheiro.

Em 1908, para acompanhar o final da construção de navios de guerra encomendados pelo governo brasileiro, João Cândido foi para a Inglaterra, onde tomou conhecimento do movimento realizado pelos marinheiros britânicos entre 1903 e 1906, reivindicando melhores condições de trabalho.

As eleições presidenciais de 1910, embora vencidas pelo candidato situacionista Marechal Hermes da Fonseca, expressaram o descontentamento da sociedade com o regime vigente. O candidato opositor, Rui Barbosa, realizou intensa campanha eleitoral, suscitando a esperança de transformações.

Entre os marinheiros, insatisfeitos com os baixos soldos, com a alimentação ruim e, principalmente, com os degradantes castigos corporais, cresceu o clima de tensão.

O uso da chibata como castigo na Armada já havia sido abolido em um dos primeiros atos do regime republicano. Todavia, o castigo cruel continuava de fato a ser aplicado, a critério dos oficiais. Num contingente de maioria negra, centenas de

marujos continuavam a ter seus corpos retalhados pela chibata, como no tempo do cativo.

Em 16 de novembro de 1910, um dia após a posse do Marechal Hermes, o marinheiro Marcelino Rodrigues de Menezes foi punido com 250 chibatadas, conforme os jornais da época, aplicadas na presença de toda a tripulação do Encouraçado Minas Gerais.

No dia 22 de novembro de 1910, João Cândido deu início à chamada Revolta da Chibata, assumindo o comando do Minas Gerais (capitânea da Armada), pleiteando a abolição dos castigos corporais na Marinha de Guerra do Brasil, quando foi designado pela imprensa, à época, como **Almirante Negro**. Por quatro dias, os navios de guerra São Paulo, Bahia, Minas Gerais e Deodoro apontaram seus canhões para a Capital Federal, numa rebelião de que participam mais de 2.000 homens. No ultimato dirigido ao Presidente Hermes da Fonseca, afirmaram os marinheiros:

“Nós marinheiros, cidadãos brasileiros e republicanos, não podendo mais suportar a escravidão na Marinha Brasileira, a falta de proteção que a Pátria nos dá, e até então não nos chegou, rompemos o véu negro, que nos cobria aos olhos do enganado e patriótico povo. Achando-se todos os navios em nosso poder, tendo a seu bordo prisioneiros todos os oficiais (...) Reformar o código imoral e vergonhoso que nos rege, a fim de que desapareça a chibata, o bolo, e outros castigos semelhantes; aumentar o nosso soldo (...) educar os marinheiros que não têm competência para vestir a orgulhosa farda (...) Tem V.Excia, o prazo de 12 horas para mandar-nos a resposta satisfatória sob pena de ver a pátria aniquilada (...) Marinheiros.”

O governo ficou estarrecido. Supôs tratar-se de um golpe político das forças inimigas. O pânico apoderou-se de grande parte da população da cidade. Muitas pessoas fugiram. Somente em um dia correram 12 composições especiais para Petrópolis, levando 3.000 pessoas. Todos os navios amotinados hastearam bandeiras vermelhas. Alguns navios fiéis ao governo ainda tentaram duelar com os revoltosos, mas foram logo silenciados. Com isto os marujos criaram um impasse institucional. De um lado a Marinha, que queria a punição dos amotinados, em consequência da morte de alguns oficiais da armada. Do outro lado, o governo e os políticos, que sabiam não ter forças para satisfazer essa exigência. Mesmo porque os marinheiros estavam militarmente muito mais fortes do que a Marinha de Guerra, pois comandavam, praticamente, a armada e tinham os canhões das belonaves apontados para a capital da República.

Depois de muitas reuniões políticas, nas quais entrou, entre outros, Rui Barbosa, que condenou os “abusos com os quais, na gloriosa época do abolicionismo, levantamos a indignação dos nossos compatriotas”, foi aprovado um projeto de anistia para os amotinados. Com isto, os marinheiros desceram as

bandeiras vermelhas dos mastros dos seus navios. A revolta terminava vitoriosa. Desaparecia, assim, o uso da chibata como norma de punição disciplinar na Marinha de Guerra do Brasil.

Embora a rebelião tenha terminado com o compromisso do governo federal em acabar com o emprego da chibata na Marinha e de conceder anistia aos revoltosos, João Cândido e os demais implicados foram detidos.

Pouco tempo depois, a eclosão de um novo levante entre os marinheiros, agora no quartel da ilha das Cobras, no Rio de Janeiro, foi reprimida pelas autoridades. João Cândido, juntamente com alguns companheiros, foi recolhido a uma masmorra da ilha das Cobras, onde viviam não tinham quaisquer condições de vida. Dos 18 recolhidos ali, 16 morreram. Uns fuzilados sem julgamento, outros em consequência das péssimas condições em que estavam enclausurados.

Apesar de se declarar contra um novo levante dos marinheiros em dezembro de 1910, João Cândido foi expulso da Marinha, sob a acusação de ter favorecido os rebeldes. Em Abril de 1911 seria detido no Hospital dos Alienados, como louco e indigente, de onde seria solto em 1912, absolvido das acusações juntamente com os seus companheiros. Banido da Marinha, sofreu grandes privações, vivendo precariamente, trabalhando como estivador e descarregando peixes na Praça XV, no centro do Rio de Janeiro.

A sua vida pessoal foi profundamente abalada pelo suicídio de sua segunda esposa (1928). Em 1930 foi novamente detido, acusado de subversão.

Em 1959 voltou ao Sul do País para ser homenageado, mas a cerimônia foi suspensa por interferência da Marinha do Brasil.

Discriminado e perseguido até ao fim da sua vida, faleceu de câncer no Hospital Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, pobre e esquecido, aos 89 anos de idade.

A revolta da chibata ocasiona o primeiro caso de censura imposta a um filme brasileiro, “A Vida de João Cândido”, de Alberto Botelho, que teve proibida sua exibição em 1912. A memória da saga de João Cândido continuaria a ser severamente reprimida em outros episódios semelhantes. O povo e os artistas brasileiros mantiveram, porém, viva a lenda deste herói. Como na música “O Mestre-Sala dos Mares”, letra de Aldir Blanc, interpretada por Elis Regina e João Bosco, na qual João Cândido é lembrado como “o navegante negro que tem por monumento as pedras pisadas do cais”.

Em razão de toda a sua história, do que ele representa para a luta que ainda se impõe ao povo brasileiro pela derradeira e definitiva abolição da discriminação étnica em nosso país, protocolamos este Projeto de Lei no dia da Consciência Negra

e pedimos o apoio do nobres pares à inscrição do nome do Marinheiro João Cândido, o *Almirante Negro*, no Livro dos Heróis da Pátria, ficando ao lado de nomes como o Alferes Tiradentes, José Bonifácio e Zumbi dos Palmares, numa justa homenagem a todos os lutadores e lutadoras negros de nosso país.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 2007.

Maria do Rosário
Deputada Federal PT/RS

FIM DO DOCUMENTO
